

ATA NÚMERO 71/XII/1ª SL

17.julho.2012 – 10h00

Aos 17 dias do mês de julho de 2012, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 8, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação das atas das reuniões anteriores

3. Comunicações do Presidente

4. Audiência à Confederação Portuguesa dos Meios de Comunicação

5. Relatório de atividades do Grupo de Trabalho da Educação Especial

- **Apresentação e votação**
- **Deputada Coordenadora:** Margarida Almeida-PSD

6. Petição n.º 134/XII/1ª da iniciativa de Manuel António Dias Pinheiro, contra o mega agrupamento entre escolas de Rebordosa e Vilela

- **Apreciação e votação do parecer**
- **Deputado Relator:** Rui Jorge Santos – PS

7. Redação Final do texto que “Estabelece o regime de acesso e exercício da atividade de treinador de desporto”

- **Apreciação**

8. Projeto de Resolução n.º 400/XII/1ª, PCP, Disciplina de Educação física e Desporto Escolar

- **Discussão em Comissão**

9. Proposta de Lei n.º 70/XII/1ª - Aprova o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, que estabelece os direitos e os deveres do aluno dos ensinos básico e secundário e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e dos restantes membros da comunidade educativa na sua educação e formação.

- **Discussão na especialidade**

10. Outros assuntos

11. Data da próxima reunião

Dia 17.julho.2012 - 14h30

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

2. Aprovação das atas das reuniões anteriores

As atas n.ºs 69 e 70, relativas às reuniões de 10 e 11 de julho de 2012, respetivamente, foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. O Sr. Presidente informou que o Deputado Pedro Saraiva (PSD) foi substituído na Comissão pela Deputada Ana Oliveira.

3.2. O Sr. Presidente referiu-se aos relatórios das audiências/audições concedidas às entidades abaixo, não se tendo registado quaisquer observações em relação aos mesmos:

- Sociedade Portuguesa de Fitoquímica e Fitoterapia;
- Associação Nacional de Professores do Ensino Profissional (ANPEP);
- Associações de Prof. de Educação Física e Soc. Port. Educ. Física;
- Federação de Editores de Videogramas (FEVIP) e Associação Portuguesa de Vídeo (APEV);
- Maria do Carmo Vieira e outros;
- Subscritores Petição n.º 136/XII.

3.3. O Sr. Presidente informou que o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) dirigiu um pedido de audiência à Comissão para apresentação das suas preocupações em relação ao Orçamento do Estado para 2013. Foi decidido agendar a audiência para o dia 20 de julho.

Foi ainda recebido um pedido de audiência da Associação Portuguesa de Empresas Cinematográficas - José Manuel Castello Lopes, tendo sido deliberado que a mesma seria agendada através do sistema do deputado-piloto, cabendo ao CDS-PP proceder à sua calendarização.

3.4. Relativamente ao calendário de remessa de textos finais à DAPLEN para votação no Plenário, no dia 25 de julho, transmitiu que será distribuído um guião provisório no dia 20 de julho, sendo o guião definitivo distribuído a 24 de julho.

3.5. O Sr. Presidente referiu-se às novas medalhas conquistadas por jovens portugueses nas Olimpíadas Internacionais de Matemática (IMO), realizadas na Argentina.

- Pelo segundo ano consecutivo, Miguel Santos, de 17 anos e aluno do 11.º ano da Escola Secundaria de Alcanena, conquistou uma medalha de ouro.
- Miguel Moreira, do 10.º ano da Escola Secundária Rainha D. Amélia, em Lisboa, conseguiu uma medalha de prata.
- João Lourenço (12.º ano, Escola Secundaria Filipa de Vilhena, Porto) e Luís Duarte (11.º ano, Escola Secundária de Alcains) ganharam medalhas de bronze.
- Francisco Andrade, do 9.º ano da Escola Secundária do Padrão da Légua, em Matosinhos, recebeu uma menção honrosa.

Anunciou ainda a sua intenção de receber estes jovens aquando da sua chegada ao aeroporto, naquele mesmo dia, pelas 19h00.

3.6. O Sr. Presidente solicitou aos coordenadores dos Grupos de Trabalho e aos relatores o envio, o mais breve possível, de propostas para o Plano de Atividades da Comissão para a 2ª Sessão Legislativa.

3.7. Informou ainda que têm chegado aos serviços da Comissão várias inscrições de cidadãos para as audições do dia 18 e 19 de julho, tendo esta última sido já agendada para a Sala do Senado. Contudo, no dia 18 decorrerá ali um evento, pelo que não será possível a sua realização naquele espaço. Informou ainda que, depois de contactar os serviços da AR, foi-lhe transmitido que o auditório do Novo Edifício não reúne as condições adequadas para a realização da audição com membros do Governo.

A este respeito, interveio a Sra. Deputada Rita Rato (PCP), que transmitiu que o PCP apresentou um requerimento, no sentido de ser ponderar a reserva de uma sala com maior capacidade de acolher os cidadãos interessados. Na impossibilidade de a audição ter lugar na Sala do Senado, propôs o auditório do Novo Edifício.

O Sr. Deputado Amadeu Albergaria (PSD) considerou tratar-se de uma questão unicamente funcional.

A Sra. Deputada Ana Drago (BE) defendeu que devem ser criadas condições para que todos os cidadãos que o pretendam possam estar presentes.

A Sra. Deputada Odete João (PS) considerou positivo para a democracia que se encontre um espaço que permita acolher os cidadãos, dada a importância do debate para o futuro de muitos professores.

O Sr. Presidente considerou que esta é uma questão de carácter funcional e não político, pelo que afirmou que não submeteria o requerimento à apreciação e votação da Comissão. Adiantou ainda que os serviços iriam contactar o Gabinete da Sra. Presidente da Assembleia da República, no sentido de aferir se a audição poderia decorrer na Sala das Sessões.

4. Audiência à Confederação Portuguesa dos Meios de Comunicação

Estiveram presentes na audiência: Albérico Fernandes (Presidente da Direcção); João Palmeiro (membro da Direcção); João Paulo Faustino (Secretário-Geral); Luís Marques (representante da SIC); José Fragoso (representante da TVI) e Pedro Braumann (representante da RTP).

O Sr. Presidente da Confederação agradeceu a oportunidade de poderem apresentar as suas posições em relação à Proposta de Lei n.º 69/XII - *Estabelece os princípios de ação do Estado no Quadro de Fomento, desenvolvimento e proteção da arte do cinema e das atividades cinematográficas e audiovisuais*, em apreciação na Comissão. Considerou que a proposta de lei é uma violência para um setor que se debate, atualmente, com inúmeras dificuldades, dada a enorme quebra do investimento publicitário. Referiu ainda que o Estado não investe no cinema nem no audiovisual, recorrendo ao investimento dos privados. Sugeriu, por último, que, a ser aprovada, a lei entre em vigor apenas no próximo ano e que a Confederação seja ouvida aquando da discussão da sua regulamentação e da definição das prioridades dos concursos. Propôs ainda que seja retirado o n.º 4 do artigo 13.º, propondo 5% para pagamento da televisão pública, e que a taxa não seja aplicada aos anos seguintes de exercícios negativos.

O representante da RTP afirmou que a taxa dos 5% líquidos, para a parte que diz respeito à televisão, é aceitável, considerando, no entanto, que não é razoável a contribuição dupla, quer para o FICA quer no que se refere ao investimento direto agora previsto. Defendeu ainda a

necessidade de um acompanhamento em relação aos concursos e à política que venha a ser definida, nomeadamente em termos dos programas que venham a ser aprovados.

O representante da SIC considerou que a proposta de lei não apresenta uma visão global para o setor, por não integrar uma discussão conjunta do cinema e do audiovisual. Referiu-se à situação em que se encontram as televisões, que considerou de puro abismo, tendo registado perdas de 30% do investimento, nos últimos 2 anos, o que terá um impacto radical na forma como se vai redimensionar esta atividade. Relativamente a esta lei, referiu que obriga a um investimento direto de 1,7 milhões de euros, o que implica uma redução do número de atores, técnicos e de toda a estrutura de produção, entendendo que a produção nacional será a principal afetada, visto que 99% dos atores portugueses vivem das televisões.

O representante da TVI considerou que esta legislação vem em contraciclo e contra o principal sustento da classe ligada ao cinema e ao audiovisual, que vê na televisão a sua principal base de subsistência. Considerou esta legislação inoportuna e injusta, num momento em que as televisões estão a perder dinheiro, dado o desinvestimento no mercado publicitário. Afirmou ainda que esta legislação impõe mais obrigações para quem já faz mais do que aquilo a que está obrigado e surge sem qualquer avaliação do trabalho efetuado, pelo que os efeitos serão avassaladores para a produção independente. Por último, lamentou que a proposta de lei não aponte objetivos, o que sugere que foi elaborada à pressa e de forma desajustada.

Intervieram, de seguida, os Srs. Deputados Conceição Pereira (PSD), Inês de Medeiros (PS), Michael Seufert (CDS-PP) e Rita Rato (PCP), que apresentaram as posições dos respetivos grupos parlamentares.

O representante da SIC alertou para o facto de a lei ter sido feita na base de um histórico da televisão assente em 4 canais, tendo-se, entretanto, alterado a realidade do audiovisual em Portugal. Considerou ainda que a obrigatoriedade, por parte dos canais temáticos, de investimento na produção nacional é injusta, por não se aplicar a canais estrangeiros. Lembrou também que a produção independente depende exclusivamente da RTP, da SIC e da TVI, considerando absurdo que o Estado se aproprie dos dinheiros dos privados para o apoio ao audiovisual.

O representante da TVI referiu-se à produtora Plural, uma experiência única em Portugal, que conta com 500 pessoas a trabalhar de forma permanente, afirmando que o valor das taxas a pagar terá de ser retirado desta produtora, o que terá um impacto internamente. Considerou ainda que a legislação é altamente permissiva para os operadores de cabo, por não impender sobre eles qualquer obrigação, nem qualquer tipo de vigilância no que diz respeito aos conteúdos.

O representante da RTP considerou exagerado o valor de 8% do audiovisual para a produção independente. Lembrou ainda que a legislação não prevê a cadeia de valor no setor do audiovisual.

A audiência foi gravada em suporte áudio, encontrando-se a gravação disponível na [página da Comissão](#), na internet.

5. Relatório de atividades do Grupo de Trabalho de Educação Especial

A Sra. Deputada Margarida Almeida (PSD) apresentou o relatório. Nessa sequência, interveio o Sr. Presidente da Comissão, que felicitou o GT pelo trabalho desenvolvido e pelo diálogo que manteve com os cidadãos. Lembrou ainda a elevada participação nas iniciativas levadas a cabo pelo GT, o que comprova, segundo considerou, que se trata de uma área carecida de diálogo. Solicitou ainda aos membros do GT que continuem o trabalho iniciado, procurando

responder de forma pronta e com sensibilidade aos problemas concretos que vão sendo apresentados.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) considerou que este GT funcionou de forma muito positiva, sendo hoje reconhecido como um importante ponto de contacto na Assembleia da República para quem trabalha nesta área.

A Sra. Deputada Ana Drago (BE) disse rever-se nas considerações do Presidente, reconhecendo o impacto positivo deste GT, pelas situações humanas com que se debate.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) considerou que este Grupo de Trabalho cumpriu os objetivos a que se propôs.

O Sr. Deputado Jacinto Serrão (PS) associou-se também às considerações do Presidente, entendendo que este GT tem o desafio de responder, de forma adequada, às expectativas que está a gerar.

A Sra. Deputada Manuela Tender (PSD) disse rever-se nas palavras do Presidente e felicitou a coordenadora do GT pelo seu trabalho. Elogiou ainda o clima isento de guerrilhas partidárias, que foi possível manter no seio do GT, na procura de soluções para os problemas com que era confrontado.

A Sra. Deputada Margarida Almeida (PSD) agradeceu as palavras que lhe dirigiram e enalteceu a sensibilidade demonstrada pelo Presidente. Agradeceu ainda aos serviços da AR pelo trabalho dignificante que realizaram.

Por último, o Sr. Presidente registou o espírito generoso, ainda mais do que o habitual, por parte dos serviços da Comissão.

Submetido a votação, o relatório foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

6. Petição n.º 134/XII/1ª da iniciativa de Manuel António Dias Pinheiro, contra o mega agrupamento entre escolas de Rebordosa e Vilela

O Sr. Deputado Rui Jorge Santos (PS) apresentou o relatório.

Nessa sequência, interveio a Sra. Deputada Rita Rato (PCP), que lamentou o processo anti democrático desta decisão, entendendo que poderá ter efeitos desastrosos.

O Sr. Deputado Amadeu Albergaria (PSD) sublinhou que os alunos disporão de melhores condições nos centros escolares recentemente construídos.

Submetido a votação, o relatório foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

7. Redação Final do texto que “Estabelece o regime de acesso e exercício da atividade de treinador de desporto”

A redação final foi aprovada, por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

8. Projeto de Resolução n.º 400/XII/1ª, PCP, Disciplina de Educação física e Desporto Escolar

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) apresentou o Projeto de Resolução, a que se seguiram as intervenções dos Srs. Deputados Rui Duarte (PS), Maria José Castelo Branco (PSD), Michael Seufert (CDS-PP) e Ana Drago (BE).

A informação resultante da discussão, bem como a gravação áudio, encontram-se disponíveis no [respetivo processo, na internet](#).

9. Proposta de Lei n.º 70/XII/1ª - Aprova o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, que estabelece os direitos e os deveres do aluno dos ensinos básico e secundário e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e dos restantes membros da comunidade educativa na sua educação e formação.

Foi dado início à discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei em causa, encontrando-se presentes deputados de todos os Grupos Parlamentares, com exceção do PEV. Fizeram apresentações iniciais, em representação dos respetivos Grupos Parlamentares, os deputados Rita Rato (PCP), Odete João (PS), Ana Drago (BE), Amadeu Albergaria (PSD) e Michael Seufert (CDS-PP).

De seguida foi feita a discussão e votação dos artigos 1.º a 4.º. A reunião foi gravada em suporte áudio, que será disponibilizada na base de dados da atividade parlamentar e processo legislativo, na [Proposta de Lei n.º 70/XII](#). Serão igualmente disponibilizados o relatório de votações, o texto final e as propostas de alteração dos vários Grupos Parlamentares.

10. Outros assuntos

11. Data da próxima reunião

Dia 17.julho.2012 - 14h30

A reunião foi encerrada às 13:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 17 de julho 2012

O PRESIDENTE

(José Ribeiro e Castro)

Ata aprovada na reunião da Comissão de 31 de julho de 2012.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Ana Drago
Carlos Enes
Emídio Guerreiro
Inês de Medeiros
Isilda Aguincha
José Ribeiro e Castro
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Miguel Tiago
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Pimpão
Rui Jorge Santos
Rui Pedro Duarte
Jacinto Serrão
João Prata
Maria Manuela Tender
Rita Rato

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Sofia Bettencourt
Duarte Marques

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia
Pedro Delgado Alves